

SEGURANÇA PÚBLICA NA FAIXA DE FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E A BOLÍVIA: o caso de Rio Branco /AC

Thirson Rodrigues de Medina¹
José Alves²

Resumo

O estratégico território da faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia na Amazônia acreana, suscita políticas de integração nacional e planos de intervenção e austeridade em segurança pública. O objetivo desta pesquisa é compreender o planejamento territorial no âmbito do estabelecimento de políticas de Segurança Pública, na zona fronteiriça internacional da Amazônia Sul Ocidental Acreana. Para elucidar o contexto acreano, as concepções da dimensão espacial do poder são elencadas por meio de pesquisa bibliográfica em acervos de repositórios institucionais. A política de segurança pública do governo federal, por meio de projetos de intervenção com operações efetivas contra a economia ilegal na faixa de fronteira, busca intervir para coibir o ímpeto da rede do narcosul, territorialidade internacional de ilícitos transfronteiriços, na América do Sul, que converte a Amazônia em porta de entrada para o escoamento da produção de drogas ilícitas, através de suas fronteiras, especialmente a faixa de fronteira acreana.

Palavras – chave: Acre. Faixa de Fronteira. Ilícitos. Narcosul.

Introdução

A faixa de fronteira brasileira compreende o total de dezesseis mil, oitocentos e oitenta e cinco quilômetros e setecentos metros (16.885,7 km) de extensão, envolve onze Unidades da Federação (UF) e 588 municípios, o que significa 27% do território nacional (MI; IPEA, 2017, p. 9-10). Além disso, a divisa internacional com a nação boliviana está compreendida em sua totalidade na extensão de três mil, quatrocentos e vinte e três quilômetros (3.423 km). Destes, seiscentos e sessenta e seis quilômetros (666 km) representa a extensão entre a Bolívia e o estado do Acre (ITAMARATY; SCDL, 2012). Com isto, nesta região, estão presentes, diretamente os municípios considerados lindeiros: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro e Xapuri.

A faixa de fronteira do Brasil, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “compreende uma faixa interna de 150 quilômetros de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional, considerada *área indispensável à segurança nacional*” (BRASIL, 2015; MD, 2007, p. 32, grifo nosso).

Todavia, o município de Rio Branco, objeto de nossa análise, dentre os vinte e dois municípios acreanos, com área territorial equivalente a 5,38% do total do estado do Acre (ACRE, 2009, p. 17) é um dos que não está diretamente configurado no limite internacional,

¹ PETiano discente (bolsista) do grupo PET Geografia e discente do curso Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre.

² Tutor do grupo PET Geografia e Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre.

no entanto, está absorvido pela faixa de fronteira. O que para nossa pesquisa é da mesma forma relevante, pois buscamos compreender, conforme Becker (2004, p. 21), “a apropriação da decisão do uso dos atributos geopolíticos” como parâmetros para elucidação no eixo segurança pública no território rio branquense.

O estratégico território da faixa de fronteira brasileira com a Bolívia na Amazônia acreana protagoniza demandas por políticas de integração nacional e projetos de rigor no contexto da segurança pública. De maneira inerente, absorve questões sociais de segurança pública nas escalas espaciais formadas pelas regiões e territórios no contexto da cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre. Em vista disso, busca-se compreender o ordenamento territorial no âmbito da segurança pública nesta faixa de fronteira brasileira com âmbito na cidade de Rio Branco.

Muito embora a política de segurança nacional do governo federal, por meio de projetos de intervenção contra a economia ilegal na faixa de fronteira intervenha para coibir a rede de ilícitos transnacionais, de acordo com o Ministério da Defesa (MD). Na territorialidade sulamericana, a extensão da faixa de fronteira brasileira com seus quase dezessete mil quilômetros (17.000 km) e em sua porção sul ocidental amazônica constituída por sistemas fisiográficos terrestres e hidrográficos díspares, consolida especificidades geográficas com o país boliviano contributivos para os resultados prévios de ações em segurança tornarem-se obsoletas.

Assim, esta pesquisa, em desenvolvimento no Grupo Pet Geografia da Ufac, objetiva compreender as ações geoestratégicas em segurança pública na linha e faixa de fronteira do Brasil com a Bolívia, na região do estado do Acre, com recorte na capital, Rio Branco.

1- Metodologia

Para esta pesquisa, elencamos pressupostos teóricos e metodológicos do âmbito da geografia política e geopolítica, associados à formação da regionalização e ordenamento territorial neste espaço considerado estratégico para o estado do Acre.

A faixa de fronteira ao ser transformada em acesso para o escoamento de ilícitos, sobretudo na faixa de fronteira acreana, colabora para o cenário de insegurança pública registrado nesta unidade da federação. Desse modo, a mesorregião Vale do Acre, que contempla a regional Baixo Acre, onde está inserido o município de Rio Branco (ACRE, 2009, p. 15), circunscreve a escala de abordagem das políticas territoriais para o estabelecimento do ordenamento das faixas de fronteira previsto na lei nº. 6.634 de 2 de maio de 1979 (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS). Tem-se, assim, um dispositivo

regulatório legal para as especificidades da “dimensão espacial do poder” (FOUCAULT, 1989), isto é, medidas configuradas mediante projetos multilaterais entre os entes federados, por meio de sistemas e aparatos técnico-científico-informacionais. Esses territórios de contradições econômicas, sociais e de insegurança pública caracterizam desconexão institucional no sentido de leniência à manutenção da vigilância dos mesmos, em seus aspectos administrativos fiscalizadores e operacionais à segurança e soberania nacional.

Mesmo assim, medidas institucionais reguladas pela União, conjuntamente com o estado do Acre, no tocante à operacionalização do planejamento estratégico à segurança pública, com o objetivo de preservar as condições dos direitos constitucionais aos brasileiros habitantes nas cidades e municípios estabelecidos na faixa de fronteira brasileira acreana com a Bolívia, são aplicadas.

A especificidade geopolítica do limite internacional acreano está imbricada historicamente na visão geoestratégica de emancipação do território nacional em configurar seu limite setentrional na atual faixa de fronteira. Com isto, a geografia política na linha e faixa de fronteira amazônica acreana é determinante à materialização de diretrizes à segurança do território acreano e, assim, atuar para tentar inibir a propagação dos ilícitos transfronteiriços para o centro-sul brasileiro. Essas são prerrogativas delineadas nos planos, programas e projetos efetivamente aplicados no contexto geopolítico deste espaço transfronteiriço.

Consequentemente, a dinâmica espacial nesta faixa de fronteira espelha o reflexo de medidas geoestratégicas para consolidação dos atributos de segurança pública nos limites transfronteiriços e está conectada ao ordenamento geográfico, jurídico e administrativo inerente à soberania nacional aliada ao contexto dos países andinos.

Além disto, para além das particularidades da faixa de fronteira amazônica, analisamos o perfil das medidas institucionais, por meio de pesquisas bibliográficas em Anuários de Segurança Pública, Mapas da Violência com recorte na realidade amazônica setentrional específicas ao regime fronteiriço, o que consolidou a análise da relevância e projeção geopolítica do estado do Acre e sua dinâmica no contexto dos “fluxos de integração internacional” (LONDOÑO NIÑO, 2013).

Portanto, revelam-se ilícitos transnacionais como narcotráfico, descaminho e contrabando de mercadorias, migração internacional, fragilizando as relações no cenário econômico, segurança pública e defesa da soberania nacional.

2- Resultados e Discussão

Esta pesquisa está conectada à pesquisa coletiva do grupo do Programa de Educação Tutorial - PET Geografia/UFAC: “Mundo do Trabalho e Dinâmicas Territoriais na Faixa de Fronteira da Amazônia brasileira (Acre e Rondônia) com o Peru e Bolívia”.

A proposta de integração nacional está inserida entre os objetivos específicos da União para a região Amazônica, historicamente caracterizada pela concepção no percurso da linha de fronteira - limite administrativo nacional com os demais países da América do Sul - na *faixa de fronteira*, limite contíguo com 150 quilômetros de largura. Diante desta configuração, na região amazônica acreana, para fins de gestão da soberania nacional e manutenção social dos representantes brasileiros residentes neste limite nacional da Amazônia Sul Ocidental e na faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, com foco na fronteira amazônica acreana, buscamos compreender a dinâmica da regionalização e qual o papel do Estado enquanto promotor de políticas para segurança pública, no contexto do seu planejamento estratégico para segurança na faixa de fronteira.

Dessa forma, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração Nacional (MIN) contém dentre seus pressupostos a viabilização da dinamização regional com suportes neodesenvolvimentistas (ALVES, 2014), estendendo dentre as propostas de programas de planejamento o referencial estratégico das regiões integrantes das linhas e faixas de fronteira no perímetro nacional.

Para alcançar os objetivos almejados, o acervo teórico conceitual aplicável à gestão das fronteiras situa-se dentre as diretrizes do planejamento estratégico, desencadeado pelo governo federal com ressonância na gestão do estado do Acre, que detém entre suas diretrizes à operacionalização dos recursos destinados a implementar projetos à segurança pública. Além disso, destacam-se ações multilaterais para manutenção dos direitos à sociedade amazônica acreana, principalmente a busca do contorno dos elevados índices de violência registrados oficialmente nos inúmeros Anuários Brasileiros de Segurança Pública. Como exemplo, destacamos a repercussão nacional dos episódios ocorridos no início do ano de 2017, com o estopim desencadeado na “guerra entre facções criminosas”, nas penitenciárias da região Norte, pela disputa e domínio das rotas do narcotráfico na região amazônica. Assim, fica exposto à opinião pública, aos agentes de segurança dos estados e do governo federal, o nível da segurança operacional nas fronteiras amazônicas e em nossa análise, na linha e faixa de fronteira acreana com a nação boliviana.

Contudo, o problema norteador da reflexão constitui-se: o planejamento estratégico em segurança como medida que coíba a utilização da faixa de fronteira na região acreana

como rota internacional de ilícitos transnacionais como o narcotráfico e o descaminho alcança os resultados planejados ou são meros paliativos governamentais?

Segundo o “relatório de informações de indicadores prioritários de violência e criminalidade no estado do Acre” organizado mediante informações do banco de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública da polícia civil e polícia militar, em seu “histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na faixa de fronteira e linha de fronteira” no período compreendido entre os anos de 2004 a 2015, o fenômeno da criminalidade registrado no início desta cobertura estatística criminal, i.é., no ano de 2004, o retrospecto da variável “frequência de homicídios dolosos – praticado com intenção de matar”- na faixa de fronteira³ apresentou o percentual de 64% e na linha de fronteira⁴ 36%, respectivamente. Logo, nas mesmas regiões, em 2015, os registros oficiais confirmaram 75% na faixa de fronteira e 25% na linha de fronteira, o que representa em média histórica o percentual relativo de 61,83% de ocorrências de homicídios dolosos na faixa de fronteira em relação à linha de fronteira (ACRE; MPAC, p. 15).

Muito embora, a percepção da violência e criminalidade esteja diagnosticada mediante os indicadores do nono Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que personifica os dados por unidade da federação (UF) e o banco da base de dados da polícia civil e militar do Acre, que contextualiza os parâmetros na escala municipal e mesmo com inconsistências detectadas nos mesmos no decorrer do desenvolvimento desta análise, autentica o que afirma Foucault (2008, p. 16-27), “é a gestão dessas séries abertas, que, por conseguinte, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades, é isso, a meu ver, que caracteriza essencialmente o mecanismo de segurança”, i. é, conforme Foucault, a “segurança” e aqui deduzimos a de âmbito pública, contempla necessariamente abordagens com “multiplicidades” de perspectivas e em “repartições espaciais” de manifestações diante do contexto dos “meios” fronteiriços, o que para o autor, está configurado de acordo com “o espaço dado, em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios”, o “meio”, portanto representa o constructo para ponderar sobre a violência e a criminalidade.

Apreendemos que, muito embora os mecanismos legais contemplem inovações no contexto jurídico, em conceituar os ilícitos transnacionais, a execução dos mesmos fica estancada devido ao contingenciamento humano, logístico e orçamentário, com o agravante da extensão e o isolamento geográfico dos limites internacionais na hinterlândia amazônica

³ Faixa contígua de 150 quilômetros paralela ao limite internacional do Brasil com as demais nações sul-americanas.

⁴ Limite administrativo internacional.

acreana. Além destes fatores, na análise preliminar da realidade desta faixa de fronteira, utilizada como rota exportadora ao mercado consumidor de narcóticos produzidos em território boliviano é salutar evidenciar que a própria genealogia da formação da região amazônica, secularmente considerada como entreposto comercial aliado aos planos de desenvolvimento e crescimento econômico permitiu a integração nacional com base nos planos e metas almejados.

Conclusões

A problemática da execução dos planejamentos em suas distintas formas conceituais, aliada à ausência de política de estado de segurança pública na esfera do estado do Acre, evidencia a exposição da sociedade à insegurança pública. Há de se considerar, como agravante no contexto da regionalização do estado do Acre, a existência de seus vinte e dois municípios na faixa de fronteira, dentre eles, dezessete, diretamente na linha de fronteira.

O planejamento e as ações institucionais ganham repercussão, especialmente, na aplicação de recursos públicos em materiais e dispositivo humano neste contexto internacional. Assim sendo, compreender a articulação efetuada pelo Estado para a manutenção dos direitos básicos à sociedade na região fronteiriça, requer compreender as bases conceituais dos planejamentos adotados na gestão das faixas de fronteira, bem como, contextualizar o processo de formação da região amazônica.

Diante da abrangência do flagelo social e a crise detectada na segurança pública municipal, com efeitos mesorregionais e nacionais, o prognóstico apreendido nesta análise poderia permitir e evidenciar os efeitos paliativos das cooperações multilaterais praticadas pelos órgãos ligados à dinâmica da segurança das fronteiras? No entanto, mesmo ao restabelecer a arrecadação dos tributos alfandegários e evitar o descaminho como prática do comércio informal, após as operações de intervenção *in loco* nas fronteiras, reincide a instabilidade estrutural na conjuntura econômica, social e em insegurança pública nestes limites.

Portanto, novas evidências deverão ser analisadas na continuidade deste estudo da realidade da faixa de fronteira amazônica acreana a partir da pesquisa individual no grupo PET Geografia da Ufac.

Referências

ACRE. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em números** 2009. 181p.
ACRE Ministério Público do Estado do Acre. **Relatório de Informações de Indicadores Prioritários de Violência e Criminalidade**: demonstrativo histórico de indicadores de

violência e criminalidade no estado do Acre, período 2004 a 2015. Observatório de Análise Criminal. Núcleo de Apoio Técnico. 1 ed. Disponível em: <http://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Anuario_MPE_2015_PRONTO.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016. Rio Branco: MPAC, 2016. 62p.

ALVES, José. Brasil: Do contexto da reestruturação produtiva do capital ao “novo desenvolvimentismo”. In: ALVES, José. **As Revoltas dos Trabalhadores em Jirau (RO):** degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. Presidente Prudente: [s.n.], Tese (Doutorado em Geografia), 2014. 671 f. p. 96-155. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/116027>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 172p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 6.634**, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei n. 1135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6634-2-maio-1979-365762-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário.** Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário.** Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/glossario>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF.** Secretaria de Programas Regionais. Brasília, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3807562/cartilha+faixa+de+fronteira.pdf/e5ba704f-5000-43df-bc8e-01df0055e632>>. Acesso em: 30 mar. 2016

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Faixa de Fronteira.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/ff_brasil.html>. Acesso em: 22 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Fronteiras do Brasil:** diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública. Bolívar Pêgo; et al (Orgs). 2 vol. Brasília: Ipea: MI; 2017. 276p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170628_frenteiras_do_brasil_volume2.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Primeira Comissão Demarcadora de Limites.** Quadros Resumo. Brasília: Itamaraty, 2012. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Pcdl/pt-br/file/Fronteiras/Peru/Quadros%20Resumo.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário 2015.** Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 8º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População.** Tradução: Eduardo Brandão. rev. trad.: Cláudia Berliner. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LONDOÑO NIÑO, Edgar Andrés. **A tríplíce fronteira Brasil, Colômbia e Peru:** limites e desafios de cooperação e integração da região fronteiriça, com ênfase nos anos 2006-2011. Dissertação (mestrado) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2013. São Paulo, 2013. 89f.

Submetido em: agosto de 2018

Aceito em: setembro de 2018